

Eleições, partidos e coligações Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão

Elections, parties and coalitions An analysis of ideological consistency and alliances in the municipality of Matão

*Victor Picchi Gandin¹
Thais Cavalcante Martins²*

Resumo: Buscando contribuir com as análises que tratam dos estudos eleitorais e dos partidos políticos, realizamos um estudo de caso no município de Matão/SP em 2016. O artigo tem como objetivo analisar a formação das coligações eleitorais e a estratégia dos partidos políticos para alcançar o quociente eleitoral e assegurar a representação política. Nas últimas duas décadas, este município vivenciou uma constante variação no número de cadeiras na Câmara Municipal, em decorrência das modificações na legislação eleitoral e mais recentemente por sugestão do Legislativo local. Em nossa análise buscamos investigar o impacto da magnitude eleitoral sob a atuação dos partidos. Do ponto de vista metodológico, empreendemos uma análise de dados agregados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os principais resultados destaca-se a formação de coligações proporcionais ideologicamente inconsistentes ou semi-consistentes como forma de assegurar ganhos eleitorais.

Palavras-chave: Coligações eleitorais; Partidos políticos; Eleições; Câmara Municipal.

Abstract: Aiming to contribute to the analyzes that deal with electoral studies and political parties, we conducted a case study in the city of Matão/SP in 2016. The article aims to analyze the formation of electoral coalitions and the strategy of political parties to reach the quotient and political representation. In the last two

¹ Mestrando em Ciência Política pela UFSCar. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNESP. Bolsista Capes. E-mail: victorpg235@hotmail.com.

² Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar. Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UNESP. Bolsista Capes. Email: thais.cmaartins@gmail.com

decades the municipality experienced a constant variation in the number of seats in the City Council, due to the modifications in the electoral legislation and more recently at the suggestion of the local Legislative. In our analysis we seek to investigate the impact of electoral magnitude under the parties' performance. From a methodological point of view, we conducted an analysis of aggregate data available in the Superior Electoral Court (TSE). Among the main results is the formation of ideologically inconsistent or semiconsistent proportional coalitions as a way of ensuring electoral gains.

Keywords: Electoral coalitions; Political parties; Elections; City Council.

1. Introdução

Os estudos que tem como tema eleições e comportamento eleitoral são objeto de intenso debate na Ciência Política. A literatura que busca explicar as motivações para o voto é ampla. Em grande medida, essas análises têm incorporado em suas investigações importantes interpretações teóricas que vão desde explicações psicológicas, sociológicas, à teoria da escolha racional (Figueiredo, 2008; Carreirão, 2012). Estudos recentes têm demonstrado quais são as bases de sustentação do voto nas diversas esferas, inclusive no município. As coletâneas organizadas por Baquero e Cremonese (2009), Lavareda e Telles (2011, 2016) constituem uma importante referência para a interpretação das campanhas e da decisão do voto nas diversas cidades brasileiras.

Todavia, quando considerado o campo dos estudos eleitorais há uma multiplicidade de temas e objetos de investigação. Dentre eles, uma temática que tem ganhado destaque e despertado o interesse de um conjunto de pesquisadores é a formação de coligações partidárias eleitorais. As coligações, que compõem o sistema eleitoral desde a redemocratização³, tornaram-se objeto de investigação sistemática entre os cientistas políticos brasileiros (Schimitt, 1999; Krause e Schimitt 2005; Carreirão, 2006; Freitas e Mesquita, 2010). Ainda que importantes análises já tenham sido realizadas em esfera municipal (Dantas, 2007, 2009; Peixoto, 2010), esta é uma área de estudo que requer investigação.

³ As coligações integraram o sistema eleitoral democrático anterior (1945-1964), contudo, foram suspensas em 1964 em razão da ditadura militar, retornando no período de redemocratização.

Este artigo tem por objetivo analisar a formação das coligações eleitorais no nível municipal, investigando os impactos da alteração da magnitude eleitoral em relação ao comportamento e estratégia dos partidos políticos. Para tanto, realizamos um estudo de caso no município de Matão⁴. Conforme destacado por Lijphart (1994), os estudos de caso são especialmente indicados para as análises nas quais os fenômenos investigados contam com poucas informações. Esse tipo de método permite investigar fatores contextuais e examinar o papel de mecanismos causais, gerando novas hipóteses e agendas de pesquisa.

A escolha do município de Matão/SP se justifica pela frequente variação no número de cadeiras da Câmara Municipal, devido a fatores externos e internos ao Legislativo local – como alterações na legislação eleitoral e emenda à Lei Orgânica do município. Como resultado da modificação na quantidade de vagas em disputa, os partidos políticos adotaram diferentes estratégias para alcançar o quociente eleitoral e assegurar a representação política no município. O que buscamos compreender como parte de tais estratégias é: como são formadas as coligações eleitorais em Matão do ponto de vista da consistência ideológica? Partimos da hipótese de que para assegurar ganhos eleitorais as agremiações podem integrar coligações, inclusive aquelas sem consistência ideológica ou com relativa consistência ideológica. Para a categorização das coligações tomamos como referencial os estudos de Krause e Schmitt (2005), atualizados em Krause, Dantas e Miguel (2010).

Em seus estudos, os autores consideram como consistente uma coligação formada entre partidos situados no mesmo campo do espectro ideológico, ou seja, formada exclusivamente entre partidos de centro, entre partidos de direita ou entre partidos de esquerda. As coligações inconsistentes, ao contrário, integrariam agremiações posicionadas em polos opostos, no caso esquerda-direita (ou

⁴ O município situado no interior do estado de São Paulo está a 306 km da capital, e conta com uma população de 76.786 habitantes, de acordo com os dados do último Censo (2010) realizado pelo IBGE. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352930> >. Acessado em 20/05/2017.

esquerda-centro-direita). Já as coligações do tipo semi-consistente reuniriam partidos de centro com partidos de direita ou de esquerda.

Esta classificação da consistência ideológica das coligações exige que cada partido político também seja classificado em uma das posições do espectro ideológico (esquerda, centro ou direita), o que nem sempre é uma tarefa fácil, visto que partidos podem apresentar diferenças de comportamento em cada nível de disputa eleitoral, podendo mudar de orientação ao longo do tempo ou até mesmo apresentar uma ideologia que vai numa direção oposta à expressa em sua própria nomenclatura⁵. Neste sentido, mesmo uma análise minuciosa de alguns programas partidários poderia não nos dar pistas muito claras sobre a ideologia destes, o que mostra a vantagem da utilização, em pesquisas, de uma escala comum baseada na definição de especialistas.

Conforme indicado por Miguel (2010) a categorização dos partidos políticos no eixo ideológico esquerda-direita consiste em um “artifício metodológico”. Segundo o autor, “a volatilidade e a fragmentação de nosso sistema partidário exige que as legendas sejam reduzidas a um número ‘maneável’ e a rótulos mais estáveis para que possamos estudá-los” (Miguel, 2010, p.34). Um dos objetivos desta categorização, portanto, remete a uma padronização da classificação desses dados, para que possam ser utilizados por diversos pesquisadores envolvidos na publicação de trabalhos sobre coligações eleitorais no Brasil, permitindo assim a elaboração de pesquisas mais aprofundadas e estudos comparativos, possíveis devido ao uso de uma escala comum. Além disso, a simplificação em um contínuo ideológico torna-se apropriada, na medida em que são essas categorias gerais que “balizam a ação dos agentes no campo político”⁶ (Miguel, 2010, p.37).

⁵ Esse é o caso do PPS (Partido Popular Socialista) que embora tenha se aliado a partidos de centro e direita nos últimos anos é classificado como uma agremiação de esquerda. Conforme sugerido por Miguel (2010), embora essa classificação possa gerar estranhamento, um elemento importante a ser levado em conta na categorização de um partido é a sua origem. Nesse caso, vale lembrar que o PPS é originário do antigo PCB.

⁶ Miguel (2010) considera enquanto *agentes do campo* os “dirigentes partidários, governantes, candidatos, assessores, jornalistas, lobistas, lideranças da sociedade civil etc” (Miguel, 2010, p. 35) Para o autor, a percepção desses atores no enquadramento das agremiações partidárias no eixo esquerda-direita importa para a construção da classificação, pois são eles que compõem o campo político.

Como novos partidos surgem frequentemente no Brasil, uma outra dificuldade é a necessidade de atualização desta classificação, estendendo-a às novas legendas, o que pode gerar controvérsias. Enquanto os mesmos autores responsáveis pela classificação não atualizem tais dados, resta ao pesquisador estimar a posição ideológica dos novos partidos ou alterar toda a metodologia utilizada apenas para poder abranger algumas poucas novas legendas que entram em disputa a partir de determinada eleição, o que não seria compensatório. Apesar das dificuldades apontadas, Krause e Schmitt (2005) e Krause, Dantas e Miguel (2010) empenharam-se nesta tarefa classificatória, abrindo um novo leque de pesquisas.

Argumentamos que, para assegurar sua presença no Legislativo local, as siglas precisariam alcançar um alto quociente eleitoral, de modo que a formação das coligações pode ser entendida enquanto resultado de uma ação estratégica por parte das agremiações e seus atores. O foco da análise são as eleições ocorridas no ano de 2016, na qual investigamos o pleito majoritário e o proporcional. Recorremos ainda aos dados de pleitos precedentes para pontuar as principais transformações no cenário eleitoral do município⁷. Do ponto de vista metodológico, empreendemos uma análise de dados agregados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O artigo está organizado em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção apresentamos o referencial teórico da análise, identificando algumas das principais discussões que orientaram o estudo das coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. Na terceira seção destacamos a estrutura organizacional dos partidos no município. Na quarta seção examinamos a disputa política local, evidenciando quais foram os principais candidatos e partidos que estiveram à frente das eleições majoritárias no município de Matão. Na quinta seção analisamos a formação de coligações eleitorais, bem como as estratégias

⁷ A análise toma como ponto de partida o pleito de 1996, em razão da base de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre as disputas eleitorais municipais terem início apenas a partir dessa data.

partidárias para o alcance do quociente eleitoral e da representação política no Legislativo. Por fim, são traçadas as considerações finais.

2. As coligações eleitorais: abordagens e considerações teóricas

A formação de coligações partidárias tem sido amplamente debatida na Ciência Política nacional. Os analistas que se dedicam ao tema buscam compreender as implicações da formação de alianças eleitorais tanto por uma perspectiva institucionalista, quanto por uma ótica voltada para a sociologia política, preocupada em identificar as conexões entre a dinâmica socioeconômica e as organizações políticas (Krause e Schimitt, 2005). Não pretendemos nessa seção estabelecer um debate exaustivo da literatura, mas sim traçar um breve enquadramento analítico e retomar reflexões conceituais quanto aos interesses que orientam as estratégias empregadas pelos partidos políticos e seus atores.

Soares (1964) foi um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre a formação de alianças partidárias no Brasil. Em sua análise, o autor busca evidenciar que o aumento das alianças reflete uma racionalidade no comportamento das agremiações. Para esse autor, os partidos estabelecem as suas estratégias a partir de um conjunto de regras e procedimentos, atuando de acordo com interesses pragmáticos para atingir resultados. O autor considera ainda que as clivagens econômicas e sociais são elementos importantes para explicar a atuação dos partidos.

O trabalho de Souza (1990) também discute o padrão crescente de formação de alianças partidárias como uma estratégia para a ampliação da representação parlamentar e de ganhos eleitorais. Para a autora, a formação de alianças “acompanhava, em alguns casos, afinidade ideológica, noutros estratégia de expansão partidária, e em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas” (Souza, 1990, p. 160).

Outra importante contribuição que trata da formação de alianças eleitorais é aquela realizada por Lima Júnior (1983). Embora reconheça que a atuação dos partidos políticos está orientada por uma ação racional, o autor indica que esta

afirmação encontra limitações, pois não leva em conta as variações contextuais. Em seu estudo, o autor sugere que as clivagens existentes entre os diferentes estados brasileiros levariam ao estabelecimento de subsistemas partidários, dando origem a uma “racionalidade contextualizada”. Assim, a força local de um partido se constitui como principal elemento para a decisão sobre a formação de alianças.

Estudos mais recentes têm procurado explorar motivações para a formação de alianças eleitorais a partir de sua consistência ideológica. Esse é o caso das análises de Schmitt (1999) e Carreirão (2006).

Em seu estudo, Schmitt (1999) busca avaliar a consistência ideológica das coligações partidárias formadas para as eleições da Câmara dos Deputados entre os anos de 1986 a 1994. O autor indica que, ao contrário do sugerido pelos meios de comunicação, o padrão das coligações partidárias não revela total inconsistência ideológica das agremiações. O autor sugere ainda que há maior consistência nas coligações formadas pelos partidos classificados como de direita do que daqueles posicionados à esquerda.

Carreirão (2006), ao analisar a formação de coligações eleitorais em Santa Catarina no período de 1986 a 2004, indica que ali não há total coerência ideológica na formação das alianças partidárias, no entanto, o grau de inconsistência não é elevado – o que reitera os achados de Schmitt (1999). O autor revela que o grau de coerência ideológica das coligações analisadas teria decaído com o passar do tempo, o que indicaria que as agremiações teriam assimilado a ideia de ganhos eleitorais advindos da formação de alianças, independentemente da consistência ideológica. Esse argumento corrobora a hipótese já levantada por outros autores acerca da racionalidade instrumental presente no processo de formação de coligações partidárias.

A despeito da busca pela maximização de ganhos, vale destacar que, no município, o comportamento dos partidos e suas estratégias para a formação de alianças deve ser pensado a partir da já mencionada “racionalidade contextualizada”, entendida enquanto atuação das instituições com base na noção de tempo e espaço político. Ou seja, para o melhor desenvolvimento da análise sobre a composição de alianças eleitorais em âmbito municipal, é preciso levar em

conta a magnitude eleitoral e o histórico de competição política das municipalidades, pois assim é possível se compreender as escolhas realizadas pelas lideranças partidárias locais. Nesse sentido, ressalta-se a importância de estudos de caso e análises empíricas que investiguem as diversas dimensões da competição política a nível municipal.

3. Organização partidária e vigência institucional em Matão

Um tema de grande importância no campo dos estudos eleitorais é a oferta de partidos e seus efeitos sobre fragmentação partidária e a formação de coligações. Inúmeros estudos têm sido desenvolvidos com vistas a esclarecer o surgimento de novas agremiações com impacto sobre a oferta eleitoral e a fragmentação dos quadros. Essas análises têm assinalado os incentivos institucionais que impactam diretamente a motivação para a formação de novos agrupamentos políticos. Os aspectos institucionais, portanto, teriam conformado um terreno fértil para a fundação, cisão e fusão de partidos no país (Krause, Ferreira, Ribeiro e Melo, 2016).

Em Matão, a eleição de 2016 foi marcada pelo aumento da oferta partidária. Enquanto nas eleições de 2012 concorreram 18 partidos, em 2016 participaram da disputa proporcional 22 agremiações, sendo que 35 partidos estão oficialmente registrados no país. Entre os 22 partidos que participaram das eleições matonenses em 2016, seis o fizeram pela primeira vez.

Dentre os estreantes incluem-se novas legendas e partidos já existentes há anos no Brasil, apesar de nunca terem disputado eleições em Matão. As agremiações que participaram da disputa pela primeira vez foram PMB, SD, PHS, PTN, PTC e PSD⁸. Dois partidos haviam participado das eleições 2012 e, no entanto, não lançaram candidatos em 2016: PPL e PSOL.

Da totalidade dos partidos que participaram do pleito de 2016, apenas dois deles encontravam-se organizados no município sob a forma de diretório. Todos os

⁸ O PSD, agremiação criada por Gilberto Kassab em 27/09/2011, difere-se de antigos partidos que receberam a mesma sigla, como o PSD que lançou candidatos em Matão em 2000.

demais partidos funcionaram a partir de comissões provisórias. Guarnieri (2009) indica que este dado não é incomum: mesmo quando consideradas as agremiações que estão em funcionamento há décadas e possuem milhares de filiados, os partidos brasileiros ainda se organizam prioritariamente sob o formato de comissões provisórias.

Guarnieri (2009) avalia que esta “ausência de organização” é utilizada de forma estratégica pelos dirigentes nacionais dos partidos. Algumas agremiações chegam a dissolver diretórios, designando comissões provisórias para acomodar forças que no momento servem melhor à estratégia partidária. Usando este recurso, compensa-se a descentralização mais frequente nos partidos mais organizados. Analisando organizações partidárias, o autor demonstra como os partidos organizados em diretórios – ou seja, sem o uso estratégico de comissões provisórias por parte de suas lideranças – sofrem com a existência de muitas divisões internas, que podem prejudicar o processo de tomada de decisão dentro do partido, que depende de intensa negociação para formar coalizões dominantes e definir sobre lançamento de candidaturas e formações de coligações eleitorais.

Este é o caso do PMDB, que até 20/10/2015 esteve organizado em Matão como diretório. Atualmente, o partido encontra-se organizado no município sob a forma de comissão provisória. Apenas o PT e o PSDB estão organizados no município como diretórios. O PDT, PP, PRP e PTB já funcionaram sob a forma de diretórios, todavia se encontram em não vigência ou foram substituídos por comissões provisórias. A situação dos órgãos partidários municipais no momento das eleições de 2016 é apresentada no Quadro 01.

Quadro 01: Forma de organização e situação dos partidos no município de Matão para as eleições de 2016

Legenda	Partido	Tipo de Órgão	Início da Vigência	Fim da Vigência	Situação
10	PRB	Comissão Provisória	29/06/2015	Indeterminado	Vigente
11	PP	Comissão Provisória	12/08/2016	Indeterminado	Vigente
12	PDT	Comissão Provisória	19/02/2016	19/10/2016	Vigente
13	PT	Diretório	07/12/2013	20/02/2018	Vigente
14	PTB	Comissão Provisória	29/03/2016	Indeterminado	Vigente
15	PMDB	Comissão Provisória	22/06/2016	Indeterminado	Vigente
16	PSTU	Não organizado	-	-	-
17	PSL	Comissão Provisória	01/01/2015	31/12/2016	Vigente
18	REDE	Não organizado	-	-	-
19	PTN	Comissão Provisória	29/03/2016	Indeterminado	Vigente
20	PSC	Comissão Provisória	08/02/2010	Indeterminado	Vigente
21	PCB	Não organizado	-	-	-
22	PR	Comissão Provisória	29/03/2016	Indeterminado	Vigente
23	PPS	Comissão Provisória	15/03/2016	Indeterminado	Vigente
25	DEM	Comissão Provisória	04/07/2016	Indeterminado	Vigente
27	PSDC	Comissão Provisória	29/05/2008	23/11/2009	Não Vigente
28	PRTB	Comissão Provisória	11/07/2016	31/12/2016	Vigente
29	PCO	Não organizado	-	-	-
30	NOVO	Não organizado	-	-	-
31	PHS	Comissão Provisória	07/08/2015	Indeterminado	Vigente
33	PMN	Comissão Provisória	31/07/2009	13/09/2011	Não Vigente

Eleições, partidos e coligações: Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão | Victor Picchi Gandin e Thais Cavalcante Martins | 36 - 65

35	PMB	Comissão Provisória	31/03/2016	22/11/2016	Vigente
36	PTC	Comissão Provisória	28/03/2016	Indeterminado	Vigente
40	PSB	Comissão Provisória	10/06/2015	31/10/2016	Vigente
43	PV	Comissão Provisória	20/04/2010	01/10/2017	Vigente
44	PRP	Comissão Provisória	12/06/2012	25/11/2014	Não Vigente
45	PSDB	Diretório	17/05/2015	Indeterminado	Vigente
50	PSOL	Comissão Provisória	18/02/2013	21/09/2015	Não Vigente
51	PEN	Comissão Provisória	30/06/2016	Indeterminado	Vigente
54	PPL	Comissão Provisória	16/05/2016	22/12/2012	Não Vigente
55	PSD	Comissão Provisória	06/08/2014	Indeterminado	Vigente
65	PCdoB	Comissão Provisória	28/03/2016	28/03/2017	Vigente
70	PTdoB	Não organizado	-	-	-
77	SD	Comissão Provisória	06/08/2015	Indeterminado	Vigente
90	PROS	Não organizado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE⁹

Braga e Pimentel (2013), ao analisarem a estrutura organizacional dos partidos nos municípios, consideram que o tamanho das cidades é um fator importante para a decisão do tipo de estrutura a ser adotada pelas agremiações. Em tese, as cidades pequenas teriam menor necessidade de uma organização partidária mais complexa, como é o caso dos diretórios municipais. Essa estrutura é mais comum entre os municípios maiores, tanto pela visibilidade que estas cidades podem oferecer à legenda no cenário eleitoral, quanto pela complexidade inerente às cidades de grande porte. O resultado encontrado pelos autores é que a institucionalização partidária é importante para avaliar o sucesso dos pleitos e a competição eleitoral nos municípios.

Vale frisar que as variáveis demográficas, que levam em conta o tamanho das municipalidades, são fundamentais para se compreender a coordenação partidária nas disputas eleitorais (Braga e Pimentel, 2013), bem como a dimensão numérica da representação nas Câmaras Municipais, e seus impactos sobre a atuação dos partidos políticos.

3. Disputa eleitoral majoritária em Matão: trajetória das lideranças políticas e suas votações

⁹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-composicao-partidaria>> Acessado em 11/10/2016.

Nas eleições municipais ocorridas em Matão no ano de 2016 participaram do pleito majoritário dois candidatos a prefeito. Assim como nos anos 2000 e 2008, a competição eleitoral no município foi definida em termos de *situacionismo* versus *oposicionismo*, com os partidos políticos se organizando a partir desta variável. Esta forma de organização partidária difere-se da encontrada nas eleições de 1996 e 2012, que tiveram três candidatos, e do pleito de 2004, que apresentou o maior número de participantes do período analisado, com quatro candidatos a prefeito.

Nas eleições de 1996 concorreram ao cargo majoritário Aduino Scardoelli (PT), Rui Pinnotti (PSDB) e Laert José Bastia Mendes (PMDB), sendo que o vencedor da disputa foi o candidato petista. Em 2000, o então prefeito Aduino Scardoelli (PT) buscou reeleição e perdeu para Jayme Gimenez (PMDB), que obteve 62,5% do total de votos válidos. Nas eleições seguintes, em 2004, concorreram ao paço municipal quatro candidatos: Aduino Scardoelli (PT), Jayme Gimenez (PSDB), Neto Masselani (PP) e Benê Fernandes (PSC). Nessas eleições o candidato petista foi novamente o vencedor, com 36,1% dos votos válidos.

Em 2008, a disputa foi novamente polarizada, centrando-se em apenas dois candidatos. Aduino Scardoelli (PT), novamente buscando reeleição, venceu o candidato Neto Masselani (PP), e exerceu assim seu terceiro mandato na prefeitura do município, conquistando 65,2% dos votos válidos. Nas eleições de 2012, concorreram à prefeitura Chico Dumont (PT), Neto Masselani (DEM) e Edinardo Esquetini (PSB), e mais uma vez o cargo majoritário foi conquistado por um candidato do PT, com 40,5% dos votos válidos.

Em 2016, a disputa voltou a se concentrar em apenas dois candidatos, após a retirada de candidatura de duas importantes lideranças políticas locais. Concorreram ao Executivo municipal os ex-vereadores Cidinho (PT) e Edinardo Esquetini (PSB). Os pré-candidatos Neto Masselani (DEM) e Sandro Trench (PSD) desistiram de suas candidaturas.

A literatura especializada tem indicado algumas razões que levariam à desistência de candidaturas. Grohmann (*apud* Barreto, 2009) sugere quatro causas para isso: 1) saída voluntária, para concorrer em outro nível eleitoral ou

Eleições, partidos e coligações: Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão | Victor Picchi Gandin e Thais Cavalcante Martins | 36 - 65

assumir cargo político-administrativo; 2) impedimento por lei; 3) doença ou morte; 4) decisão ou estratégia partidária de não se aprovar as candidaturas. Para Leoni, Pereira e Lopes (*apud* Barreto, 2009) a decisão de se retirar, embora voluntária, pode estar fortemente relacionada ao esgotamento de recursos eleitorais e pessoais, de modo que a desistência evitaria uma derrota esperada.

Essas considerações permitem compreender as desistências no pleito. Após três candidaturas seguidas por derrotas, Neto Masselani (DEM) se retirou voluntariamente da disputa em 2016. Em nota divulgada à imprensa local¹⁰ o pré-candidato afirmou ter sido aconselhado por seu grupo político e familiares a não participar das eleições. O pré-candidato Sandro Trench (PSD), presidente da Câmara Municipal no biênio 2015-2016, teria deixado de participar da disputa por decisão do partido, que teria optado por apoiar candidaturas ao Legislativo e formar coligação com o PMDB¹¹. Com as desistências, a eleição de 2016 esteve centrada nos candidatos do PT e PSB. A Tabela 01 traz uma síntese da disputa eleitoral no município de Matão nos últimos 20 anos, levando em conta candidatos e partidos:

Tabela 01: Resultado das eleições majoritárias no município de Matão – 1996 a 2016

Ano	Candidatos	Partidos	% de votos válidos	Situação
1996	Adauto Scardoelli	PT	35,83	Eleito
	Rui Pinnotti	PSDB	35,48	Não eleito
	Laert José Bastia Mendes	PMDB	28,67	Não eleito
2000	Jayme Gimenez	PMDB	62,52	Eleito
	Adauto Scardoelli	PT	37,47	Não eleito
2004	Adauto Scardoelli	PT	36,18	Eleito
	Jayme Gimenez	PSDB	33,39	Não eleito
	Neto Masselani	PP	26,59	Não eleito
	Benê Fernandes	PSC	3,81	Não eleito
2008	Adauto Scardoelli	PT	65,21	Eleito
	Neto Masselani	PP	34,79	Não eleito
2012	Chico Dumont	PT	40,54	Eleito
	Edinardo Esquetini	PSB	39,55	Não eleito

¹⁰ Nota divulgada pelo Portal Hora1. Disponível em: < <http://www.hora1.com.br/local/item/7248-neto-masselani-nao-sera-candidato-a-prefeito-de-matao>>. Acessado em: 20/05/2017.

¹¹ As razões da desistência de Trench (PSD) também foram divulgadas pelo Portal Hora1. Disponível em: < <http://ns2.fabiopereira.com.br/local/item/7455-eleicao-para-prefeito-de-matao-parece-mesmo-polarizada>>. Acessado em 20/05/2017.

	Neto Masselani	DEM	19,90	Não eleito
2016	Edinardo Esquetini	PSB	100	Eleito
	Cidinho	PT	0*	Não eleito

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

* O candidato teve a votação anulada em razão de impugnação de candidatura.

Conforme apresentado Tabela 01, o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou candidatos ao cargo majoritário no município em todos os pleitos, a partir de 1996. O partido que governou Matão entre 1997 e 2000 e entre 2005 e 2016, não obteve sucesso nas eleições de 2016. Naquele ano, o prefeito Chico Dumont (PT) não se candidatou à reeleição, e o partido optou por lançar como candidato Aparecido do Carmo de Souza, o Cidinho, vereador em sexto mandato e filiado ao partido desde 1988. Cidinho teve sua candidatura impugnada em razão da autorização de despesas de viagem de vereadores no período em que foi presidente da Câmara Municipal entre os anos de 1997 a 2000. Embora o candidato tenha conquistado na justiça a garantia de continuidade da campanha, no decorrer do recurso sua votação foi pouco expressiva e não garantiu vitória eleitoral ao PT.

Para as eleições de 2016, a candidatura que canalizou a oposição não foi representada pelo PMDB, como em 2000, ou PP, como ocorreu em 2008, mas por outro partido com expressividade eleitoral no município, o Partido Socialista Brasileiro. O PSB ao longo dos anos obteve boa votação e garantiu representação na Câmara Municipal¹², além de participar da disputa ao Executivo em 2012 e ocupar a vice-prefeitura em 2004 e 2008, participando dos governos PT. Todavia, nesse período, as agremiações se distanciaram em razão da incompatibilidade de opiniões em votações no município (Kerbaux e Gandin, 2016).

Em 2016, o candidato lançado pelo PSB para disputar a prefeitura foi uma importante liderança política local, Edinardo Esquetini. O candidato iniciou a carreira política no município em 2000, quando elegeu-se suplente a vereador pelo PMDB. Esquetini migrou para o PSB, partido em que permanece até hoje. Foi eleito vereador em 2004 e reeleito em 2008, com a maior votação da história de Matão.

¹² Em 2000 o PSB elege um vereador, em 2004, 2008 e 2012 o partido elege dois parlamentares em cada legislatura.

No ano de 2012, disputou o cargo Executivo municipal com Neto Masselani (DEM) e Chico Dumont (PT), perdendo para o candidato do PT por uma margem estreita de votos, cerca de 1%, o equivalente a 470 votos válidos em números absolutos.

Já em 2016, Edinaldo Esquetini (PSB) conquistou ampla vantagem em relação a seu opositor. Os dados divulgados pelo TSE indicam que o PSB conquistou 100% dos votos válidos, o equivalente a 37.596 votos nominais – que corresponde a maior votação no município no período analisado (1996 a 2016). Todavia, vale salientar que a totalidade de votos atribuídos ao candidato do PSB se deve a impugnação da candidatura de seu opositor, candidato pelo PT. Cidinho (PT) foi considerado inelegível, buscou recurso e perdeu a eleição.

Ainda que o candidato petista obtivesse sucesso em seu recurso, sua votação não teria sido suficiente para garantir-lhe a vitória. O candidato contou com apenas 4.720 votos, cerca de 11,15%, enquanto Edinaldo Esquetini (PSB) conquistou 88,85% da totalidade da votação. Tais percentuais estão em completa consonância com a pesquisa eleitoral¹³ divulgada por um jornal local no dia 30/09/2016, às vésperas da eleição. A pesquisa apontava que o candidato do PSB venceria as eleições com 89% dos votos válidos. A expressiva votação concretizou a vitória do PSB e gerou alternância de poder após doze anos de administração contínua do Partido dos Trabalhadores no município.

A derrota do PT em Matão em 2016 pode ser atribuída a razões contextuais, como o desgaste de lideranças políticas locais. No entanto, vale frisar que essas eleições foram marcadas pelo declínio do partido em todo o território nacional, no qual a agremiação teve uma queda de mais de 60% em suas votações, perdendo prefeituras e vagas nas Câmaras Municipais, de modo que o partido passou de 644 para 256 prefeituras¹⁴ nas eleições de 2016. Além da diminuição da votação o partido também reduziu a oferta de candidatos, e teve sua imagem desgastada em razão da crise política vivenciada naquele ano. Ainda que a política local tenha uma dinâmica própria o município de Matão insere-se nesse cenário.

¹³ A pesquisa foi cadastrada no PesqEle, sistema de pesquisas eleitorais disponibilizado pelo TSE, com o número de identificação SP-05801/2016.

¹⁴ O número de prefeituras conquistadas pelos partidos se encontra disponível no TSE.

5. Formação de coligações eleitorais, quociente partidário, votos de legenda: a composição da Câmara Municipal

Nos últimos anos uma série de discussões de natureza jurídica e legislativa ocorreu com o objetivo de redimensionar o número de parlamentares que compõem as Casas Legislativas locais. Conforme destacado por Kerbauy e Gandin (2016), a constante alteração na magnitude do distrito eleitoral, ou seja, da quantidade de cadeiras na Câmara Municipal, tem influenciado o comportamento dos partidos políticos no município de Matão, sobretudo no que tange às suas estratégias para a formação de coligações.

A Lei 9.100 de setembro de 1995 permitiu que coligações partidárias fossem celebradas apenas para as eleições majoritárias ou em conjunto com as proporcionais e estabeleceu restrições ao número de candidatos inscritos por coligação para as vagas da Câmara Municipal. Assim, a configuração da disputa eleitoral em 1996 foi modificada em razão da legislação. A Lei em seu Art. 11 previa que “cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher”¹⁵.

No caso do município de Matão, em que a Câmara dos Vereadores seria composta por 17 vereadores, cada partido ou coligação estabelecida para as eleições proporcionais poderia apresentar até 20 candidatos. A regra foi alterada em 2004 e a partir das Resoluções do TSE nº 21.702 e nº 21.803 ficou definido para as eleições municipais daquele ano uma relação entre faixas populacionais e quantidade de cadeiras nas Câmaras Municipais (Kerbauy, 2012). Neste pleito, a Câmara Municipal de Matão deixou de ter 17 vagas, conforme as eleições de 1996 e 2000, e passou a eleger 10 vereadores, o que ocorreu em 2004 e 2008.

Posteriormente, legislativos e parlamentares passaram a pressionar uma maior flexibilização desta determinação, que chegou a ser considerada inconstitucional, pois foi implementada no mesmo ano de sua publicação, e não

¹⁵ Lei 9.100 de 29 de setembro de 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm >. Acessado em: 20/05/2017.

após um ano, como determina a legislação sobre alterações no processo eleitoral (Toledo; Prado; Colombo, 2015).

Em substituição a esta regra, a Emenda Constitucional nº 58/09 definiu que cada Câmara Municipal poderia contar com uma quantidade máxima de vereadores¹⁶, desde que respeitando o princípio da faixa populacional. Desse modo, o número de representantes que participam do processo legislativo está sujeito ao princípio de proporcionalidade (Kerbaui, 2016). Dentre as várias faixas populacionais especificadas, ficou definido que municípios do porte de Matão¹⁷ pudessem eleger no máximo 15 vereadores, o que ocorreu de fato em 2012.

Para as eleições de 2016 houve nova redução na quantidade de cadeiras em disputa, desta vez como uma pauta sugerida pela própria Câmara Municipal, e não por resoluções do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral. O Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2015 propôs que a composição da Câmara Municipal de Matão estivesse restrita a 11 vereadores – até o momento em que o município passasse a contar com 90.000 habitantes.

No uso de suas atribuições, o Presidente da Casa, Sandro Trench, autor do Projeto de Emenda, por meio do Ato nº 06/2015¹⁸ propôs uma Consulta Pública e solicitou a opinião da população quanto a dois projetos em tramitação na Casa. O primeiro, Projeto de Lei nº 60/2015, previa a redução de subsídios dos vereadores¹⁹. O segundo, Projeto de Emenda, tratava da nova diminuição no número de cadeiras para o Legislativo local, que seria válida para a legislatura seguinte, iniciada em 2017. Na prática, essas proposições seriam responsáveis pelo reordenamento da disputa política local.

¹⁶Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc58.htm>. Acessado em: 20/05/2017.

¹⁷ Na época, Matão estava localizado na faixa entre 50.000 até 80.000 habitantes.

¹⁸ O inciso II do artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Matão combinado com o disposto na Resolução nº 07/2015 confere ao Presidente da Câmara Municipal a prerrogativa de submeter questões administrativas a comentários e sugestões do público em geral na forma de Consulta Pública.

¹⁹ O Projeto de Lei nº 60/2015, é de autoria da Mesa Diretora, composta pelos vereadores Sandro Trench (Presidente), Carla Kamel (1ª Secretária) e Sidinei Calabres (2º Secretário).

Segundo o site de notícias G1²⁰, cerca de 300 munícipes responderam a Consulta Pública disponibilizada por um mês no site da Câmara Municipal. Do total de respondentes, 94% do público declarou ser favorável às mudanças propostas. Em votação no plenário da Câmara, doze vereadores votaram a favor e dois contra a redução do número de cadeiras, de modo que a proposição foi aprovada. Assim, para as Eleições de 2016 houve nova redução na quantidade de cadeiras em disputa no Legislativo de Matão, passando de 15 para 11 vagas. As mudanças foram implementadas na legislatura iniciada em 2017, e já se encontram em vigor.

Esta nova redução gerou um aumento na competitividade eleitoral nas eleições legislativas de 2016. A reconfiguração da disputa induziu os partidos a refazerem os seus cálculos eleitorais no município. Para assegurar sua presença no Legislativo local as siglas precisariam alcançar um alto quociente eleitoral, de modo que a formação das coligações pode ser entendida enquanto resultado de uma operação racional por parte das agremiações e seus atores.

Conforme observado por Kerbaux e Gandin (2016), no estudo sobre a formação de coligações em Matão nos pleitos de 2000 a 2012, esse cenário pode levar a um aumento de coligações consideradas *ideologicamente inconsistentes* e *semi-consistentes*, em detrimento das *ideologicamente consistentes*, a fim de que os partidos garantam vagas em um contexto mais competitivo.

Esta classificação dos partidos segundo sua consistência ideológica foi organizada por Krause e Schmitt (2005) e atualizada em Krause, Dantas e Miguel (2010). Após alocar cada partido num campo do espectro ideológico, os pesquisadores consideram como *consistente* uma coligação composta por partidos situados num mesmo campo – ou seja, entre partidos de esquerda (E-E), entre partidos de centro (C-C) ou entre partidos de direita (D-D). Para Krause e Schmitt (2005), uma coligação *semi-consistente* ocorre quando um partido de centro se coliga com partidos de esquerda ou com partidos de direita, gerando as seguintes combinações: C-E ou C-D. A outra fórmula possível são as coligações denominadas pelos autores de *inconsistentes*, a qual seria composta por partidos

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/09/camara-de-matao-aprova-reducao-de-salarios-dos-vereadores-em-2-votacao.html>> Acessado em 27/02/2016.

de polos ideologicamente opostos, ou seja, E-D ou E-C-D. A classificação dos partidos para a análise da formação e consistência ideológica das coligações é apresentada no Quadro 02:

Quadro 02: Classificação dos partidos políticos numa escala esquerda-direita

Nome do partido	Sigla	Classificação
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	Esquerda
Partido Comunista Brasileiro	PCB	
Partido da Causa Operária	PCO	
Partido Democrático Trabalhista	PDT	
Partido Humanista da Solidariedade	PHS	
Partido da Mobilização Nacional	PMN	
Partido Popular Socialista	PPS	
Partido Socialista Brasileiro	PSB	
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL	
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	PSTU	
Partido dos Trabalhadores	PT	
Partido Verde	PV	
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	Centro

Eleições, partidos e coligações: Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão | Victor Picchi Gandin e Thais Cavalcante Martins | 36 - 65

Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	Direita
Partido da Frente Liberal *	PFL / DEM	
Partido Liberal **	PL / PR	
Partido Progressista ***	PPB / PP	
Partido Republicano Brasileiro	PRB	
Partido Republicano Progressista	PRP	
Partido Social Cristão	PSC	
Partido Social Democrata Cristão	PSDC	
Partido Social Liberal	PSL	
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	
Partido Trabalhista Cristão	PTC	
Partido Trabalhista do Brasil	PTdoB	
Partido Trabalhista Nacional	PTN	
Partido Social Trabalhista	PST	
Partido Social Democrático ****	PSD	
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB	

Fonte: Krause e Schmitt (2005) e Krause, Dantas e Miguel (2010)

* atual DEM – Democratas; ** se fundiu ao PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional, formando o PR; ***antigo PPB – Partido Progressista Brasileiro; **** agremiação diferente da formada por Gilberto Kassab.

Outro importante elemento para a compreensão da formação das coligações se refere às normas do sistema eleitoral. Além de permitir a formação de coligações na disputa majoritária, nosso sistema eleitoral também traz a possibilidade de formação de coligações proporcionais. A possibilidade de celebrar coligações proporcionais é uma das peculiaridades de nosso sistema eleitoral de lista aberta (Nicolau, 2006).

De acordo com o previsto pela Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, diversas coligações proporcionais podem ser formadas entre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário. Isso significa que um partido que deseja se coligar nas eleições proporcionais pode se aliar a partidos que apoiem a mesma candidatura ao Executivo ou a partidos que não apoiem nenhuma candidatura majoritária. Contudo, os partidos não podem se coligar com agremiações que apoiem outro candidato ao Executivo no mesmo nível eleitoral.

Em Matão, na eleição de 2016, Cidinho (PT) foi o candidato majoritário da coligação “O melhor caminho”, composta pelo PT, PSL, PDT, PCdoB e PMB. Os cinco

partidos totalizaram 45 candidatos ao cargo de vereador²¹ e se dividiram em duas coligações proporcionais na disputa pelas vagas da Câmara Municipal.

A coligação proporcional “Trabalhando por uma Matão mais forte” foi composta pelo PSL e PDT. O Partido Social Liberal, que em 2012 integrou a coligação de Edinaldo Esquetini (PSB), passou a integrar em 2016 a coligação majoritária do PT. A coligação proporcional formada pelo PSL e PDT, segundo Krause e Schmitt (2005), seria ideologicamente *inconsistente*, pois o PDT está situado à esquerda e o PSL à direita do espectro ideológico.

A outra coligação proporcional que apoiou Cidinho (PT), “Para Matão continuar crescendo”, foi composta pelo PT, PMB e PCdoB. De acordo com a classificação ideológica estabelecida por Krause e Schmitt (2005), o PT e PC do B são partidos de esquerda. Contudo, a classificação dos autores não inclui o PMB, criado após os seus estudos²².

A coligação majoritária “Construindo um novo caminho”, que apoiou Edinaldo Esquetini (PSB) reuniu 17 partidos: PHS, PSB, PTC, PTN, PV, PEN, PPS, SD, PRB, PSC, PR, PMDB, DEM, PTB, PSD, PSDB e PP. Juntas, essas agremiações lançaram 125 candidatos ao cargo de vereador, o que corresponde a quase 75% do total de pleiteantes. Esses partidos dividiram-se em cinco coligações proporcionais e uma disputa isolada. O PHS, que apoiou Edinaldo Esquetini (PSB), não se coligou na disputa proporcional, o que representa uma novidade na estratégia das legendas na disputa eleitoral de Matão, pois desde 2008 não haviam disputas isoladas para a Câmara Municipal.

A coligação proporcional “Juntos Venceremos” foi composta pelo PPS, SD, PRB, PSC, PR. Em sua classificação, Krause e Schmitt (2005) posicionam o PPS como partido de esquerda enquanto o PRB, PSC e PR estariam posicionados à

²¹ Do total de 45 candidatos, 2 desistiram da disputa.

²² Fontes alternativas como a Revista Exame demonstram que a ideologia do partido é controversa, já tendo sido considerada por seus dirigentes como “centro-esquerda” e “direita”. Sobre o caso de novos partidos com baixa representação no Congresso e pouca visibilidade política, Miguel (2010) esclarece que os partidos foram classificados, na metodologia adotada por Krause, Dantas e Miguel (2010), como de direita “exceto no caso de legendas doutrinárias com reputação bem estabelecida na esquerda” (Miguel, 2010, p. 37).

direita. O SD não foi incluído na classificação em razão da data de sua criação, 2013. Apesar de não dispormos de uma classificação formal²³ do SD, a composição da coligação entre partidos de direita e esquerda permite categorizá-la como ideologicamente *inconsistente*, uma vez que reúne partidos situados em diferentes campos ideológicos. A coligação formada pelo PSB, PTC e PTN também pode ser classificada como *inconsistente*, pois integra um partido de esquerda, o PSB, e partidos de direita, PTC e PTN.

Ainda segundo a classificação de Krause e Schmitt (2005), duas coligações eleitorais formadas para a disputa proporcional em Matão podem ser classificadas como *semi-consistentes*. A coligação entre PSDB e PP foi constituída por um partido de centro, o primeiro, e um partido de direita, o segundo. A coligação “Unidos por Matão” composta pelo PMDB, DEM, PTB e PSD também pode ser classificada como *semi-consistente*, pois reúne um partido de centro, o PMDB, e dois partidos de direita, DEM e PTB. Também nesse caso não dispomos da classificação do PSD, fundado em 2011.

A coligação formada pelos partidos ambientalistas PEN e PV é de difícil categorização, pois a classificação de Krause e Schmitt (2005) não inclui o Partido Ecológico Nacional, todavia classifica o PV como um partido à esquerda. Contudo, se consideradas as declarações de seus membros, o PEN poderia ser considerado como um partido de centro²⁴. Em 2016, o PV lançou apenas um nome para a disputa proporcional em Matão, enquanto o PEN ofertou 21 candidatos ao cargo de vereador.

O resultado das urnas demonstrou uma vitória expressiva da oposição. Na Câmara Municipal, apenas um dentre os onze eleitos integrava a coligação

²³ Em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, presidente do partido, declarou que “temos uns caras de direita”, sem, contudo, afirmar a ideologia do Solidariedade enquanto partido.

²⁴ Fernando Francischini, quando filiado ao PEN definiu o partido como de centro. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2012/07/ligado-a-evangelicos-partido-ecologico-nacional-cresce-no-norte-e-no-nordeste>>. Acessado em 24/05/2017. Adilson Barroso, presidente do partido, declarou que a legenda defende o crescimento sustentável, “mas sem radicalismo”. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/tse-autoriza-criacao-do-partido-ecologico-nacional.html>>. Acessado em: 24/05/2017.

majoritária de Cidinho (PT). O Partido dos Trabalhadores, maior bancada na legislatura anterior (2013-2016), mesmo participando da disputa aos cargos proporcionais em coligação não atingiu o quociente eleitoral em 2016. Vale destacar que a coligação “Para Matão continuar crescendo”, formada pelo PT, PMB e PCdoB foi a única composição que não alcançou o quociente eleitoral, ficando sem vereadores eleitos, além do PHS, que participou da disputa isoladamente.

Em 2016, o quociente eleitoral em Matão foi de 4.036 votos, o que significa que partidos isolados e coligações que não atingiram essa quantidade de votos não elegeram vereadores. O cálculo do quociente eleitoral (QE) é determinado pela quantidade de votos válidos dividido pelo número de cadeiras em disputa. A partir de então define-se o quociente partidário (QP) com base no resultado da divisão da somatória dos votos válidos de cada partido ou coligação pelo quociente eleitoral. O resultado corresponde ao número de cadeiras conquistadas por cada partido ou coligação.

Após essa primeira distribuição, no caso do não preenchimento de todas as vagas, há a repartição das cadeiras restantes, as chamadas “sobras”. Estas cadeiras são distribuídas por meio do cálculo denominado média, nesse caso participarão da divisão os partidos com quociente partidário maior que 1. Ou seja, divide-se a votação de cada partido ou coligação pela quantidade de vagas que eles têm direito mais um, e o partido com a maior média assume outra cadeira. O cálculo é realizado até que todas as vagas sejam preenchidas. A tabela 02 apresenta a distribuição de cadeiras para o Legislativo de Matão considerando o quociente partidário e a distribuição por média.

Tabela 2: Quociente eleitoral e partidário nas eleições 2016 – Matão/SP

Partido/Coligação	Votos Válidos (Coligação/Partido)	Vagas por Quociente Partidário (QP)	Vagas por Média
PSB/PTC/ PTN	8.354	2	0
PV/PEN	6.941	1	1
PPS/SD/PRB/PSC/PR	6.926	1	1
PMDB/DEM/PTB/PSD	6.838	1	1

Eleições, partidos e coligações: Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão | Victor Picchi Gandin e Thais Cavalcante Martins | 36 - 65

PSDB/PP	5.988	1	1
PDT/PSL	4.660	1	0
PT/PMB/ PCdoB	3.853	0	0
PHS	837	0	0
Total:	44.397	7	4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os dados da tabela 02 demonstram que as eleições proporcionais em Matão totalizaram 44.397 votos válidos. Considerando-se a redução de cadeiras em 2016, houve o acirramento da disputa propiciada pelo aumento do quociente eleitoral, equivalente a 4.036 votos para este ano.

Com base nas referidas regras, vale destacar que se acaso uma coligação conquistou duas vagas, os dois candidatos mais votados dos partidos que a integram são eleitos. Todavia, se conquistou apenas uma cadeira, o candidato mais votado da coligação, independentemente de seu partido, é eleito. Ou seja, pode haver uma migração de votos intrapartidária, já que mais de um partido compõe a aliança eleitoral.

A coligação PSB/PTC/ PTN foi a única que conquistou duas cadeiras. Outras cinco coligações atingiram a quantidade necessária de votos para conquistar apenas uma vaga, deste modo sete vagas foram preenchidas diretamente, restando 4 cadeiras para serem redistribuídas por meio do cálculo das maiores médias.

Assim, as coligações PSB/PTC/PTN, PV/PEN, PPS/SD/PRB/PSC/PR, PMDB/DEM/PTB/PSD e PSDB/PP totalizaram duas cadeiras, enquanto PDT/PSL ficou com uma cadeira e a coligação PT/PMB/PCdoB, bem como o PHS, disputando isoladamente, não conquistaram nenhuma vaga.

Os votos na legenda, atribuídos a um partido e não a um candidato específico, também são contabilizados no cálculo do quociente eleitoral. Em 2015, com as alterações trazidas no Art. 108 do Código Eleitoral, as regras de cálculo para os candidatos eleitos nos pleitos proporcionais foram modificadas.

Com a reforma eleitoral²⁵, os candidatos registrados por um partido ou coligação passaram a ser eleitos apenas ao atingirem o número de votos igual ou

²⁵ Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm> Acessado em 25/05/2017.

superior a 10% do quociente eleitoral. Assim, o voto na legenda é contabilizado no quociente partidário, todavia não contribui para que os candidatos a vereança alcancem os 10% do quociente eleitoral. A distribuição dos votos por legenda no município de Matão é apresentada na tabela 03:

Tabela 03: Votos em legenda nas eleições municipais de Matão em 2016

Partido	Votos por legenda
PSB	1.554
PT	318
PSDB	166
PMDB	133
PEN	106
PDT	78
PP	67
PSL	53
PTB	44
DEM	43
PSD	37
PRB	34
SD	29
PR	28
PSC	25
PPS	23
PHS	22
PV	20
PMB	18
PTN	16
PTC	6
PC do B	6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Efetuada todos os cálculos para a distribuição das cadeiras, foram eleitos por quociente partidário ou por média nas eleições de 2016 em Matão os seguintes vereadores:

Tabela 04: Candidatos eleitos nas eleições proporcionais de Matão em 2016

Nome	Partido	Coligação	Votos nominais	Situação	Status
Dr. Luiz Cerqueira	PSDB	PSDB/PP	2.010	Eleito por QP	Reeleito

Eleições, partidos e coligações: Uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão | Victor Picchi Gandin e Thais Cavalcante Martins | 36 - 65

Alexandre de Cinque	PMDB	PMDB/DEM/PTB/PSD	1.823	Eleito por QP	Eleito
Trigo	PSB	PSB/PTC/PTN	1.347	Eleito por QP	Reeleito
Agnaldo Navarro	PDT	PDT / PSL	1.309	Eleito por QP	Reeleito
Valtinho Trevizaneli	PSB	PSB/PTC/PTN	1.299	Eleito por QP	Reeleito
Sônia Moura	PEN	PV/PEN	1.053	Eleita por QP	Eleita
China Calabres	PEN	PV/PEN	1.047	Eleito por média	Reeleito
Jonas Garcia Filho	SD	PPS/SD/PRB/PSC/PR	1.004	Eleito por QP	Reeleito
Nau	DEM	PMDB/DEM/PTB/PSD	858	Eleito por média	Reeleito
Luis Manzini	PSC	PPS/SD/PRB/PSC/PR	843	Eleito por média	Eleito
Ana do Postinho	PSDB	PSDB/PP	711	Eleita por média	Eleita

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme demonstrado nos dados da tabela 04, todos os eleitos tiveram individualmente mais de 10% do quociente eleitoral, conforme estabelece a nova restrição para a ocupação de cadeiras nas Câmaras Municipais. Ao todo, 7 vereadores foram eleitos por quociente eleitoral, enquanto 4 legisladores foram eleitos por média. A tabela 04 também indica baixo índice de renovação do Legislativo local, apenas 36,36% dos eleitos não participaram da legislatura anterior. O que se depreende, a partir da análise dos dados, é que a formação de coligações permite que os partidos alcancem o quociente eleitoral e ampliem as possibilidades de ganhos eleitorais das agremiações.

6. Considerações Finais

No decorrer deste artigo buscamos retomar o cenário em que ocorreram as eleições municipais em Matão no ano de 2016. Para tanto, evidenciamos aspectos da organização partidária e o formato que as agremiações são encontradas no município. O objetivo foi destacar a institucionalização partidária como um importante elemento para a avaliação da competição eleitoral.

Buscamos ainda reconstruir a disputa política local, evidenciando quais foram as principais lideranças e partidos que estiveram à frente das eleições majoritárias em Matão nos últimos 20 anos. Indicamos que o Partido dos Trabalhadores, embora tenha assegurado o sucesso eleitoral por três pleitos consecutivos, não garantiu a vitória em 2016 – ocasionando a alternância de poder no Executivo.

Além da derrota nas eleições majoritárias o PT não logrou sucesso na disputa proporcional. A coligação formada com o PMB e PCdoB não elegeu vereadores. O episódio pode ser compreendido como resultado do desgaste de lideranças políticas locais, bem como de um cenário mais amplo no qual se verificou a redução da legenda em todo o território nacional.

Em nossa análise, buscamos destacar a formação de coligações eleitorais e a consistência ideológica dessas alianças, sobretudo para a disputa proporcional. O elemento ideológico, representado pela posição na escala esquerda-direita, é um dos fatores que podem ser levados em conta por um partido político quando este entra numa coligação. Outra característica que pode ser levada em consideração é a posição do partido no âmbito do governo federal, se este faz parte da base de sustentação ou oposição. Estes fatores podem ou não fazer parte da estratégia partidária no nível municipal, que pode ainda apresentar uma dinâmica própria.

Grande parte da literatura tem demonstrado ainda que a entrada de partidos políticos em coligações pode apresentar algumas vantagens, relacionadas às regras atuais de nosso sistema eleitoral, como uma maior facilidade de alcance do quociente eleitoral devido à soma da votação de dois ou mais partidos.

A despeito das dificuldades para a obtenção da classificação ideológica dos novos partidos que entraram na disputa, seja pela falta de consenso entre suas próprias lideranças, ou pela necessidade de atualizações constantes na categorização das agremiações, identificamos uma continuidade do fenômeno abordado por Kerbauy e Gandin (2016): a nova diminuição na quantidade de cadeiras em disputa tornou as eleições de 2016 em Matão mais competitivas, o que acabou levando os partidos políticos a realizarem mais coligações proporcionais de tipos ideologicamente *inconsistentes* ou *semi-consistentes* em relação às que podem ser consideradas puramente *consistentes*. Essa flexibilização no formato das alianças pode ser compreendida como uma ação estratégica dos partidos, que se aliam para aumentar as chances de vencer as barreiras impostas pelo quociente eleitoral. Ademais, a incongruência ideológica das alianças não parece ter sido penalizada pelos eleitores de Matão nas eleições de 2016, deste modo as coligações

formadas nesta eleição garantiram ganhos eleitorais independentemente de sua consistência.

Os resultados também são condizentes com o que vem sendo assinalado pela literatura (Carreirão, 2006), que sugere uma assimilação da ideia de ganhos eleitorais advindos da formação de alianças, a despeito da consistência ideológica. Em nosso estudo de caso, esta parece ter sido levada menos em consideração quando menos vagas estavam sendo disputadas. Os achados corroboram o argumento da racionalidade instrumental no processo de formação de coligações, todavia indicamos que as escolhas realizadas pelas lideranças partidárias locais devem ser compreendidas levando em conta aspectos do contexto municipal – como a magnitude eleitoral o histórico de competição política.

Referências

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (2009). *Eleições Municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

BARRETO, Álvaro (2009). “Reeleição no Legislativo Municipal: o que há de novo no pleito de 2008? Estudo a partir de Pelotas, RS”. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs). *Eleições Municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL, Jairo (2013). “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012”. In: SPECK, Bruno Wilhelm; CARNEIRO, José Mario Brasiliense (orgs). *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*, Cadernos Adenauer XIV, n. 02, Rio de Janeiro, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.

CARREIRÃO, Yan de Souza (2006). “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, v. 12, n.1, pp. 136-163.

_____. (2012). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora UFSC.

DANTAS, Humberto (2007). *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo – USP.

_____. (2009). “Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores”. *Revista Liberdade e Cidadania*, n. 6, pp. 01-15.

FREITAS, Andréia; MESQUITA, Lara (2010). “Coligações em eleições proporcionais: quem ganha com isso?”. *Revista Liberdade e Cidadania*, n. 7, pp.01-14.

FIGUEIREDO, Marcus (2008). *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

GUARNIERI, Fernando Henrique Eduardo (2009). *A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo – USP.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2016). “O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012”. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; GANDIN, Victor Picchi (2016). “Coligações eleitorais em Matão – efeitos da alteração do número de cadeiras sobre o comportamento partidário”. *Sem Aspas*, v. 05.

KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (2005). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (2010). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora Unesp.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva; RIBEIRO, Pedro Floriano; MELO, Paulo Victor (2016). “Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil”. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (2011). *Como o eleitor escolhe o seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. *A lógica das eleições municipais* (2016). Rio de Janeiro: Editora FGV.

LIJPHART, Arend (1994). *Electoral systems and party systems: a study of twenty seven democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press.

LIMA JR, Olavo Brasil (1983). *Os Partidos políticos Brasileiros. A experiência federal e regional: 1945/1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

MIGUEL, Luis Felipe (2010). “Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita” ”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora Unesp.

NICOLAU, Jairo (2006). “O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil”. *Dados*, v. 49, n. 04, pp. 689-720.

PEIXOTO, Vitor (2010). “Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo: Editora Unesp.

SCHMITT, Rogério (1999). *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ.

SOARES, Gláucio Ary Dillon (1964). “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.17, jul.

SOUZA, Maria do Carmo Campello (1990). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª Edição, São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

TOLEDO, Rodrigo Alberto; PRANDO, Rodrigo Augusto; COLOMBO, Luciléia Aparecida (2015). “Tendências eleitorais em Araraquara: análise da representatividade partidária no legislativo no período de 1964-2008”. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 02, n. 03, pp. 83-100.

Recebido em: 20/05/2017
Aprovado em: 10/09/2017